

Desigualdades e Perspetivas dos Cidadãos

João Ferreira de Almeida

DESIGUALDADES
E PERSPETIVAS DOS CIDADÃOS
PORTUGAL E A EUROPA



LISBOA, 2013

© João Ferreira de Almeida, 2013

João Ferreira de Almeida
Desigualdades e Perspetivas dos Cidadãos. Portugal e a Europa

Primeira edição: Março de 2013
Tiragem: 400 exemplares

ISBN: 978-989-8536-19-8
Depósito legal:

Composição em caracteres Palatino, corpo 10
Conceção gráfica e composição: Lina Cardoso
Capa: Nuno Fonseca
Revisão de texto: Manuel Coelho
Impressão e acabamentos: Publidisa, Espanha

Este livro foi objeto de avaliação científica

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,
de acordo com a legislação em vigor, por Editora Mundos Sociais

Editora Mundos Sociais, CIES, ISCTE-IUL, Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa
Tel.: (+351) 217 903 238
Fax: (+351) 217 940 074
E-mail: editora.cies@iscte.pt
Site: <http://mundossociais.com>

Índice

Índice de figuras e quadros	vii
Agradecimentos	xi
Prefácio	xiii
Notas introdutórias	1
1 Desigualdades “naturais” e igualdade de oportunidades	9
A narrativa iluminista da modernidade e a “naturalização” das desigualdades	9
Desigualdades “funcionais” e igualdade de oportunidades	13
Tentação de raciocínios binários: uma “esfera civil” desaparecida entre o Estado e o mercado.....	16
Inexistência de um “equivalente geral” para medir utilidades e recompensas	20
Classificar desigualdades e promover capacidades.....	22
2 Desigualdades, diferenças e sustentabilidade	25
Desigualdades “objetivas” e dinâmicas simbólicas: modernidades múltiplas	25
Crescimento, recursos e sustentabilidade	28
A igualdade faz bem às sociedades?	31
Confiança nos outros e capital social	37
Sistema educativo e mobilidade	42
3 Classes sociais na Europa	51
Teorias e análises de classes.....	51
Investigação sobre classes em Portugal	56
Equívocos sobre os usos do conceito e alguns desenvolvimentos.....	59
Operacionalização para pesquisas comparativas e de escala macro.....	65
Classes sociais na Europa.....	68
4 Perspetivas e avaliações dos cidadãos	73
Importância crescente do campo simbólico: individualização e reflexividade. Discriminações	73

	Apreciações subjetivas e de contexto em Portugal e em sociedades mais igualitárias.....	78
	Desigualdades, otimismo e bem-estar subjetivo.....	83
	Bem-estar subjetivo, classes e género.....	91
	Qualidade de vida.....	96
5	Valores transituacionais, valores situacionais e sistemas de disposições	101
	Valores transituacionais (Shalom Schwartz).....	101
	Valores transituacionais na Europa: países e classes sociais.....	107
	Socialização na origem dos valores: Inglehart e Bourdieu.....	114
	Valores situacionais: exemplos da confiança, da imigração, da participação.....	116
6	Bem-estar económico, pobreza e exclusão	125
	Avaliações subjetivas de bem-estar económico: países e classes.....	125
	Pobreza	131
	Evoluções recentes da pobreza e da exclusão	137
7	Trabalho e filiação sindical	143
	Satisfação com o trabalho.....	143
	Desdobramento de dimensões do trabalho: países e classes	150
	Sindicatos, valores e filiação	158
8	Literacia e avaliações sobre questões da política	165
	Recursos de literacia e dificuldades com a política	165
	Satisfação com a política e confiança política.....	173
9	Perspetivas sobre o Estado	191
	O Estado social e o modelo escandinavo	191
	Intervenções do Estado na economia: pontos de vista dos europeus	199
	Ameaças ao Estado social, reações contemporâneas de protesto e ação coletiva	206
10	Construir uma teoria das transformações ou das transições bruscas? 215	
	Transformações lentas e transformações bruscas	215
	1989 e o Leste europeu	218
	Uma teoria das transições bruscas? O caso português	221
	Pano de fundo social para esperanças e desilusões.....	223
	Três ressacas	226
	Uma quarta deceção, esta partilhada fora de fronteiras.....	230
	Efeitos específicos das transformações bruscas? Portugal e o Leste	232
11	Notas finais	237
	Referências bibliográficas	243

Índice de figuras e quadros

Figuras

2.1	Correlação entre a desigualdade e um índice de problemas sociais e de saúde	34
3.1	Classes sociais na Europa, por país	70
4.1	“Qual a importância de cada um dos seguintes aspetos na sua vida?”	79
4.2	Bem-estar subjetivo, confiança social e confiança política na Europa, por país	80
4.3	Distribuição do rendimento (índice de Gini) e otimismo na Europa	84
4.4	Distribuição do rendimento (índice de Gini) e satisfação com a vida na Europa	85
4.5	Distribuição do rendimento (índice de Gini) e felicidade na Europa	88
4.6	Desenvolvimento humano e felicidade na Europa	88
4.7	Índice de bem-estar subjetivo na Europa, por país	89
4.8	Bem-estar subjetivo na Europa	90
4.9	Índice de bem-estar subjetivo na Europa e em Portugal, por classe social	92
4.10	Bem-estar subjetivo, por classe e sexo	93
4.11	Bem-estar subjetivo na Europa, por classe e sexo, com desvio-padrão	93
4.12	Bem-estar subjetivo em Portugal, por classe e sexo, com desvio-padrão	94
5.1	Tipologia dos valores humanos de Schwartz usada no ESS	105
5.2	Prioridade dos valores humanos de ordem elevada na Europa, por país	108
5.3	Abertura à mudança menos conservação <i>vs.</i> autotranscendência menos autopromoção na Europa	109
5.4	Prioridade dos valores humanos na Europa, por classe social	111
5.5	Abertura à mudança menos conservação <i>vs.</i> autotranscendência menos autopromoção, por classe social na Europa	112
5.6	Valores transituacionais na Europa, por classe e sexo	112

5.7	Valores transitacionais em Portugal, por classe e sexo	113
5.8	Confiança nos outros na Europa, por país.....	117
5.9	Confiança nos outros na Europa e em Portugal, por classe social.....	118
5.10	Atitudes face à imigração na Europa, por país	120
5.11	Atitudes face aos imigrantes na Europa, por país.....	121
5.12	Participação política e cívica na Europa, por país	121
5.13	Participação em atividades na área da residência na Europa, por país.	122
5.14	Ajuda aos outros na Europa, por país	122
6.1	Bem-estar económico na Europa	126
6.2	Bem-estar económico na Europa, por classe social	127
6.3	Bem-estar económico em Portugal, por classe social	129
6.4	Bem-estar económico na Europa e em Portugal, por classe social.....	130
7.1	Distribuição do rendimento (índice de Gini) e satisfação com o trabalho na Europa.....	144
7.2	Prioridade dos valores sobre o trabalho na Europa, por país	151
7.3	Prioridade dos valores sobre o trabalho na Europa: perfil dos países europeus.....	152
7.4	Prioridade dos valores sobre o trabalho na Europa, por classe social ...	152
7.5	Prioridade dos valores sobre o trabalho na Europa: perfil das classes sociais	153
7.6	Prioridade dos valores sobre o trabalho na Europa, por classe social e grupos de países	154
7.7	Mudança de emprego na Europa, por país.....	157
7.8	Sindicatos fortes: “Os trabalhadores precisam de sindicatos fortes que os defendam”	159
7.9	Filiação: “É, ou alguma vez foi, membro de um sindicato ou de uma associação profissional?”	160
8.1	Anos de escolaridade completos na Europa, por país e classe social	166
8.2	Frequência com que utiliza a Internet ou o <i>e-mail</i> para fins pessoais, em casa ou no trabalho, na Europa, por país e classe social.....	166
8.3	Dificuldade com a política na Europa	169
8.4	Dificuldade com a política na Europa, por classe social	171
8.5	Dificuldade com a política em Portugal, por classe social	172
8.6	Dificuldade com a política em Portugal e na Europa, por classe social.	173
8.7	Satisfação com a política na Europa.....	174
8.8	Satisfação com o estado da economia do país.....	175
8.9	Satisfação com o governo.....	176
8.10	Satisfação com o estado da educação.....	177
8.11	Satisfação com os serviços de saúde	177
8.12	Satisfação com o estado da democracia.....	178
8.13	Dimensões da satisfação política, por classe social	179
8.14	Satisfação política na Europa e em Portugal, por classe social.....	180
8.15	Confiança política em instituições na Europa	182
8.16	Confiança política no parlamento nacional	183
8.17	Confiança no sistema jurídico	183

8.18	Confiança na polícia.....	184
8.19	Confiança nos políticos	185
8.20	Confiança nos partidos políticos	186
8.21	Confiança no Parlamento Europeu	186
8.22	Confiança nas Nações Unidas	187
8.23	Dimensões da confiança política, por classe social	188
8.24	Confiança política na Europa e em Portugal, por classe social	189
9.1	Avaliação sobre a intervenção do Estado na economia: “Quanto menos o governo intervier na economia, melhor será para o país”	200
9.2	Desigualdades de rendimentos: “O governo devia tomar medidas para reduzir as diferenças de rendimentos”	201
9.3	Intervenção do governo na economia, por classe social.....	202

Quadros

2.1	Força das relações entre a desigualdade de rendimento nos países ricos e diversos problemas sociais e de saúde, comparando dados de <i>The Spirit Level</i> (UN) e dados da OCDE	35
3.1	Classes sociais na Europa, por país.....	69
5.1	Medida dos valores humanos usada no ESS: indicadores e dimensões	106
5.2	Prioridade dos valores humanos na Europa, por país.....	110
6.1	Bem-estar económico na Europa	126
6.2	Bem-estar económico na Europa, por classe social	127
6.3	Bem-estar económico em Portugal, por classe social	129
7.1	Valores sobre o trabalho: os dois valores prioritários por classe social e agrupamento de países.....	155
8.1	Dificuldade com a política na Europa	168
8.2	Dificuldade com a política na Europa, por classe social	171
8.3	Dificuldade com a política em Portugal, por classe social	172
9.1	Níveis de vida e justiça social.....	204

Prefácio

1. Com o desencadear da crise financeira de 2008, e ao longo de todos os seus corolários — crise orçamental, crise económica, crise de emprego, crise das dívidas soberanas —, o tema das desigualdades, até então francamente encoberto, parece ter conquistado algum espaço e relevância no discurso político-mediático corrente. Há, de facto, indícios de que, perante o dramatismo de tais crises, questões como a das fortes assimetrias na distribuição de rendimentos em cada um dos países afetados ou a das próprias desigualdades económico-sociais entre espaços nacionais, nomeadamente no âmbito da União Europeia e da própria Zona Euro, tenham deixado de poder continuar a pairar, como até então, na penumbra dos problemas escassamente enunciados e só relutantemente agendáveis no campo político, para, finalmente, integrarem o conjunto de tópicos através dos quais se vai configurando e exprimindo a visão política dos cidadãos e, até certo ponto, a dos seus porta-vozes institucionais.

Ao debruçar-se, precisamente, numa perspetiva comparativa, sobre a incidência de desigualdades sociais em Portugal e na Europa, o volume que aqui se prefacia vem dar um contributo muito importante para a discussão científica e o debate público sobre a natureza das transformações em curso nos espaços considerados. É isso tanto mais quanto, além de se preocupar com a análise de desigualdades (objetivas) no acesso aos recursos económicos, políticos ou culturais, o livro aborda os modos, socialmente diferenciados, segundo os quais essas mesmas desigualdades são apropriadas/percecionadas pelos cidadãos e, nessa medida, eventualmente transmutadas em posições políticas e propensões para a ação.

As incursões da obra neste domínio das dimensões “subjetivas” da realidade social, em que vêm a primeiro plano representações coletivas, crenças, aspirações, mas também uma espécie de automatismos pré-reflexivos que orientam inintencionalmente as práticas individuais e coletivas, não se esgotam, contudo, no âmbito estrito da perceção de desigualdades: elas vão procurar ainda lançar luz sobre o modo como os cidadãos, influenciados por fatores tendencialmente estruturais, mas não imunes, eles próprios, a flutuações conjunturais ou situacionais específicas, constroem as suas perspetivas sobre o passado, o presente e os futuros prováveis das suas vidas e dos coletivos a que se vinculam.

Integrando nas suas páginas, como já se sugeriu, sucessivos exercícios de comparação sistemática da sociedade portuguesa com outras realidades europeias a propósito de propriedades sociais as mais diversas, é de prever, aliás, que o livro contribua decisivamente para identificar, desmistificar e contrariar de forma convincente um mundo de ideias feitas, estereótipos ideológicos e quase mitologias sobre Portugal, ajudando a construir um retrato do país saudavelmente distanciado quer do ideal de grandeza que um certo pensamento essencialista faz questão de permanentemente renovar, quer do discurso preguiçosamente negativista, e não menos essencialista do que o anterior, segundo o qual, por detrás das aparências de mudança, existiria afinal um Portugal incapaz, por destino ou natureza, de mudar.

2. A resistência que, apesar de tudo, continua a opor-se à plena afirmação das desigualdades como problema social, bem como a dificuldade em analisá-las sociologicamente de forma conclusiva tornar-se-ão tanto mais compreensíveis quanto melhor se perceber como tem sido difícil e controvertido o processo de crítica e de contestação prático-política da tendência para a “naturalização”/“absolutização” dessas mesmas desigualdades.

Tendo-se traduzido, por um lado, em exigentes debates filosóficos e teóricos sobre os princípios da igualdade e da equidade, e, por outro, em seculares lutas políticas contra as mais flagrantes injustiças sociais e pela conquista e universalização de direitos, esse processo de objetivação e explicitação das desigualdades de nenhum modo está encerrado. Questões tão decisivas como, por exemplo, a da definição de critérios inequívocos de igualdade de oportunidades permanecem em aberto.

A sociologia, embora por caminhos próprios, não deixou de as enfrentar. E aí está por que razão, logo no seu primeiro capítulo, o livro propõe uma panorâmica breve mas esclarecedora sobre o modo como, de Spencer e Weber até aos teorizadores da “modernidade tardia”, das “sociedades de risco” e do “individualismo institucionalizado”, passando pela sociologia crítica da Escola de Frankfurt ou pela bem menos crítica teoria da estratificação social, foram essas questões incorporadas no objeto da disciplina. Obrigada a lidar, não sem alguma incomodidade, com a fronteira entre diferenças e desigualdades, que, por ser indecisa, muitos quererão omitir, a sociologia parece ter já inteira legitimidade para estruturar os seus programas de investigação em torno de um princípio básico: o de que as desigualdades são “sistemas de diferenças que se traduzem em desvantagens duradouras e penalizadoras de indivíduos e grupos e que são geradas, mantidas e reproduzidas [...] através de diversos mecanismos sociais”.

Ora, se no primeiro capítulo do livro são sobretudo as incidências teóricas do debate sobre desigualdades sociais que ocupam o lugar principal, fica reservado para o passo subsequente o momento em que teoria e empiria já se conjugam para confrontar o leitor com surpreendentes revelações.

3. Decorrem elas da constatação, que alguma literatura recentemente assumiu com veemente frontalidade, de que, no conjunto dos países em que o limiar de satisfação

das necessidades básicas foi ultrapassado, é surpreendentemente forte a correlação estatística entre níveis de desigualdade e incidência de problemas sociais (criminalidade, taxas de reclusão, alcoolismo e toxicodependência, maternidade precoce, risco de doença, etc.), quer quando se analisam regularidades de âmbito internacional, quer quando o olhar se dirige para o interior de cada país.

Procurando vislumbrar uma explicação que dê sentido a tão marcada associação estatística, a partir, desde logo, da consideração de outras coocorrências notáveis, procede então o autor a um primeiro exame sobre a importância que os padrões de confiança interpessoal e as formas de relacionamento das populações com a escola e a escolarização assumem, para o bem e para o mal, nas sociedades contemporâneas, em geral, e na sociedade portuguesa, em particular.

Hipóteses relativamente plausíveis orientam, num primeiro momento, esta indagação: (i) sociedades com baixos índices de confiança interpessoal tendem a bloquear processos sustentados de combate às desigualdades, sendo que o agravamento destas últimas gerará, por sua vez, tensões que minam ainda mais aqueles mesmos laços de interconfiança; (ii) sendo conhecido o papel que à escolarização cabe nos processos de mobilidade geracional e intergeracional, haverá uma tendência para que, quanto mais alargados forem o acesso e as probabilidades de sucesso das populações, em geral, e dos seus segmentos sociais mais desfavorecidos, em particular, mais e melhores condições surgirão para que as desigualdades sociais se atenuem.

O desenho de Portugal no mapa sociológico europeu começa a esboçar-se: tudo indica, de facto, que o posicionamento relativamente desfavorável do país em matéria de níveis de confiança interpessoal e de escolaridade alcançados esteja relacionado, segundo nexos de causalidade de natureza parcialmente circular, com níveis excepcionalmente elevados de desigualdade (que as fontes estatísticas internacionais sobre a matéria não param, aliás, de revelar).

Defende, contudo, o autor que o exame sobre coocorrências envolvendo indicadores de confiança seja aprofundado, recorrendo ao vasto acervo de conhecimentos que nas ciências sociais já se construiu a propósito das redes sociais e do conjunto de recursos resultantes da participação em relações interindividuais relativamente estabilizadas. Não estando excluído que nesses circuitos intervenham formas específicas de acumulação desigual de “capital social”, parece em todo o caso plausível que o aprofundamento democrático e a própria atenuação de desigualdades não sejam indiferentes à qualidade e quantidade dos laços em que se fundam não só as sociabilidades e solidariedades mais ou menos espontâneas do viver em comum, como mesmo a própria disponibilidade para a participação cívica. “O caminho de aprofundamento democrático”, reconhece João Ferreira de Almeida, “exige padrões satisfatórios de confiança nos outros, precisa da ‘força dos laços fracos’”.

O segundo “bloco de variáveis” que o autor elege na sua tentativa para conferir consistência explicativa à forte correlação encontrada entre níveis de desigualdade e incidência de disfuncionamentos e problemas sociais reporta-se, como já se disse, ao lugar e funções que os processos educativos ocupam nas sociedades contemporâneas.

Ainda hoje muito marcado, a gosto ou contragosto, pelas obras pioneiras de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron sobre as articulações entre o sistema de ensino e a estrutura de relações de classe e, em registo complementar, pelo contributo de Basil Bernstein para a compreensão do papel da linguagem na transformação da ação pedagógica da escola em processo de seleção social, a sociologia da educação vem acumulando um manancial de conhecimentos que não pode ser menosprezado. E isso tanto mais quanto a problemática enformadora dos seus primeiros passos se foi alargando de modo a enfrentar com rigor e lucidez questões novas e tão importantes como a “massificação” escolar, a hierarquização de fileiras e estabelecimentos, a “inflação dos diplomas”, o desemprego e subemprego “qualificados”, a frustração de aspirações de mobilidade social baseadas no investimento escolar, etc.

Para avaliar com suficiente rigor o papel “democratizador” da escola, incontornável problema político subjacente a todos estes desenvolvimentos, importa, segundo João Ferreira de Almeida, que a análise sociológica, atenta às mutações sociais que o próprio desenvolvimento da escolarização vai induzindo, continue a avançar em três patamares fundamentais de observação: o dos acessos ao sistema, para detetar a persistência e ou emergência de eventuais exclusões; o das trajetórias escolares, para apurar se o sucesso educativo e a relação com a cultura escolar continuam a ser, e em que termos, sensíveis às origens sociais dos alunos; e, fora já do contexto escolar, o das distribuições profissionais, para assinalar possíveis distorções aos princípios meritocráticos da igualdade de oportunidades “substantiva”.

Dirão alguns que o programa de investigação assim enunciado tem tanto de óbvio como de redundante relativamente à tradição analítica da sociologia da educação. A verdade é que, sem aceder aos resultados de uma persistente e metódica pesquisa observacional sobre os domínios enunciados, dificilmente irá conseguir-se que a obsessiva discussão em torno do efeito da escola (neutro? reprodutor? emancipatório?) deixe de se fechar num conjunto de pressupostos e convicções ideológicas mais ou menos bem-intencionadas.

4. João Ferreira de Almeida é, como bem sabem os leitores mais familiarizados com a literatura sociológica, um dos autores que, em Portugal, mais contribuíram para uma clarificação e aprofundamento da problemática das classes sociais, tanto na sua vertente eminentemente teórica, como na da pesquisa empírica.

Assim sendo, os textos que, ao longo de algumas décadas, dedicou às conceções marxistas e weberianas sobre o tema, à teoria e análise da estratificação, às implicações da distinção entre lugares e protagonistas de classe ou entre trajetos e disposições classistas, à difícil caracterização das frações das “classes médias”, à relação entre origens de classe, pobreza e exclusão social, bem como, noutro plano, à análise da estrutura classista da sociedade portuguesa no seu conjunto ou de alguns dos seus segmentos e espaços territoriais bem delimitados — esses textos, dizia, têm constituído referência incontornável para todos aqueles, e são felizmente muitos, que em Portugal procuram estudar os fenómenos sociais de uma forma que tenha em conta o efeito estruturante que o desigual acesso dos indivíduos aos

recursos económicos, educacionais, simbólicos tem no desenvolvimento das suas práticas e, mediatamente, na reprodução/transformação da ordem social.

Seria então compreensível que, no terceiro capítulo deste livro, explicitamente dedicado ao conceito de classe social, o autor cedesse à tentação de, ao alargar-se em considerações sobre o tema, capitalizar sobretudo recursos acumulados ao longo do seu percurso académico e científico. Na verdade, porém, o que aí vamos encontrar é uma exposição que alia ao inventário de aquisições teóricas estabilizadas o enunciado de zonas problemáticas insatisfatoriamente abordadas e que, por outro lado, procede a uma minuciosa apresentação de resultados de pesquisas empíricas realizadas pelo conjunto de investigadores que se têm debruçado, a partir de uma pluralidade de referenciais teóricos e metodológicos e em diferentes escalas de observação, sobre as dinâmicas classistas em curso na sociedade portuguesa. E assim se consegue uma dupla proeza: a de, por um lado, fornecer ao leitor um utilíssimo guia para conhecer melhor, com os instrumentos da análise de classes, a realidade social portuguesa (tarefa tanto mais louvável quanto se sabe ser tendencialmente baixo nas “comunidades científicas” o conhecimento recíproco do trabalho dos pares, nomeadamente, ou sobretudo, os mais próximos); e, por outro, a de identificar com elevada precisão zonas problemáticas onde, na perspetiva do avanço científico, vale a pena investir individual e coletivamente. É o caso, justamente, da complexa relação, que o livro percorre ao longo de grande parte dos seus capítulos, entre pertenças de classe, por um lado, e sistemas de disposições, referenciais de valor, quadros ideológicos ou orientações políticas para ação, por outro.

Tal como acontece a outros pretextos, também as referências à análise de classes vêm acompanhadas no livro por informação empírica reportada a realidades nacionais muito diversificadas. Acontece que, no caso, a comparação proposta só pôde concretizar-se graças a um exigente trabalho de ajustamento entre, por um lado, tipologias de classe construídas e testadas pelos responsáveis do European Social Survey de forma a garantir comparações internacionais sistemáticas suficientemente fiáveis (trabalho em que o autor do livro tem participado ativamente) e, por outro lado, matrizes de lugares de classe laboriosamente preparadas, através de confrontos sucessivamente afinados entre a reflexão teórica e os resultados da pesquisa empírica, por um grupo de investigadores portugueses de que João Ferreira de Almeida foi e é igualmente membro muito influente.

Vale a pena olhar com atenção para o quadro 3.1 e a figura 3.1, intitulados “Classes sociais na Europa, por país”. As diferenças de perfis classistas que aí se desenham, reportando-se a informação acumulada para o período 2002-2008, permitem reconhecer, em termos sintéticos, algumas especificidades da sociedade portuguesa contemporânea. E se, com isso, fica aberto o caminho para comparações não menos relevantes sobre outras propriedades sociais que o livro seguidamente explorará, bom seria que a leitura dos dados suscitasse, à partida, outro exercício reflexivo fundamental — o de que a diversidade sincrónica assim detetada não é independente, bem pelo contrário, de diversidades que só o eixo das diacronias poderá desvendar. E aqui está um ponto importante para compreender o que o livro trará mais à frente.

5. A sociologia seria um empreendimento intelectual bem menos interessante e útil do que realmente é se não tivesse proposto, ao longo da sua história, uma interpretação sobre a realidade social capaz de, a par da restituição de umas tantas dimensões objetivas (como, por exemplo, a da própria desigualdade no acesso a recursos económico-sociais), lançar luz sobre um conjunto de propriedades e processos, tais como disposições, representações, crenças, preconceitos, percepções, tão decisivas quanto as primeiras para determinar as práticas dos agentes.

Na obra de João Ferreira de Almeida, a abordagem das dimensões simbólicas do social tem-se feito essencialmente em torno do conceito de valores, entendidos como sistemas organizados e relativamente duradouros de preferências. Enforçando, no plano grupal e individual, os sistemas de disposições que, sintetizando as experiências passadas dos atores, tendem também a orientar e justificar os seus comportamentos e estratégias, os valores acabam afinal por marcar o sentido da ação — portanto a ação, ela própria.

Considera o autor haver razões para que, na “modernidade tardia” (e talvez valesse a pena ponderar até que ponto designações sincréticas com este grau de generalidade, hoje tão difundidas em certa literatura sociológica, arriscam o efeito oracular da sinédoque), se dê atenção redobrada às dimensões simbólicas do social. É nesse sentido que explicitamente se inclinam, no campo das ciências sociais, as correntes que insistem em sublinhar a centralidade do processo de individualização e a crescente disponibilidade, por parte da generalidade dos cidadãos, de instrumentos de reflexividade. “Individualização e reflexividade [...] significam [...] que se pensa e se age mais por conta própria, com melhor informação e com menos automatismos do que no passado”. São razões que tornam “ainda mais decisivo inquirir os cidadãos sobre o modo como avaliam as suas vidas”.

Com as seguintes prevenções, acrescenta o autor: “as autonomias individuais continuam a ser moduladas e até certo ponto moldadas por contextos específicos e heterogéneos”, “a apropriação de instrumentos cognitivos geradores de maior reflexividade continua a estar muito assimetricamente distribuída nas nossas sociedades” e “a melhor e mais ampla literacia, bem como a mais fluida mobilidade social [...] são incapazes de tornar obsoleta a estrutura de classes”.

Está feita a ponte para que o livro passe, nos capítulos subsequentes, a uma indagação sobre o modo como os cidadãos portugueses e europeus percecionam e avaliam os climas sociais globais em que decorre a sua existência, sobre as repercussões desses climas no seu bem-estar, felicidade e qualidade de vida e, noutro plano já, sobre a relação que estabelecem com propriedades e instituições sociais as mais diversas. Regressar-se-á, naturalmente, nesse exame, ao complexo de desigualdades já anteriormente analisadas; mas não só se alarga o seu âmbito a dimensões, nomeadamente étnicas e sexistas, que não têm um fundamento estritamente económico, como, por outro lado, se vão aprofundar aspetos, cruciais para pensar padrões de práticas e horizontes de transformação social, até aqui apenas aflorados: a exposição à pobreza e exclusão social, a relação dos cidadãos com o trabalho e a ação sindical, as perspetivas sobre o Estado e a política.

6. O conjunto de respostas à questão, colocada em 2002 pelo European Social Survey, sobre quais os aspetos que os inquiridos consideravam mais importantes na sua vida, conjunto esse que revelou serem a família, os amigos, o lazer e o trabalho os domínios mais frequentemente assinalados (bem à frente da religião, da política e da participação cívica), é o tópico utilizado pelo autor para abrir a discussão sobre estes temas.

Sem querer pronunciar-se sobre se a distinta valorização atribuída ao privado e ao público constituirá um dado estrutural, duradouro, das sociedades contemporâneas, o autor começará por notar que o índice sintético de bem-estar subjetivo tende, não obstante diferenças assinaláveis entre países, a ficar claramente acima das avaliações sobre o contexto.

Para enquadrar tal constatação, impõe-se-lhe um regresso à questão das desigualdades, propondo-se, como já havia feito anteriormente a propósito da correlação entre tal grandeza e a incidência de “problemas sociais”, cruzar índices de distribuição de rendimento com dois indicadores — de “otimismo” e de “satisfação com a vida” — que têm sido utilizados em inquéritos extensivos de âmbito europeu para medir o grau de felicidade (declarado) dos cidadãos, mas que também são mobilizados noutros estudos para aferir o que habitualmente se designa por qualidade de vida. Os padrões encontrados não deixam margem para grandes dúvidas: Portugal faz parte de um conjunto de países que combinam fortes assimetrias de rendimento com índices relativamente baixos de otimismo e satisfação com a vida.

Interrogando os valores do bem-estar subjetivo à luz da origem social dos respondentes, outro modo de olhar as desigualdades sociais, os resultados são igualmente elucidativos: em Portugal, como em todos os países europeus, o bem-estar subjetivo tem uma assinalável marca classista, sendo o operariado e, em menor medida, os empregados de execução, as classes mais penalizadas a este respeito.

7. A aplicação, em sucessivas “vagas”, do European Social Survey (ESS) tem permitido avançar significativamente no conhecimento do universo de valores que, impregnando diferencialmente a dimensão cultural das sociedades europeias, atuam, perante os seus membros, como matriz enformadora de interpretações, escolhas e orientações para a ação.

Não surpreende, então, que o autor dedique um comentário relativamente circunstanciado à grelha de observação que, com variantes, tem sido utilizada no referido inquérito. Recorrendo a vinte e um indicadores constitutivos de dez valores básicos, agrupados eles próprios em quatro valores de ordem mais elevada, tal grelha permite situar os indivíduos numa espécie de grandes eixos motivacionais: um que opõe “abertura à mudança” (privilegiando os valores da autodeterminação, estimulação e hedonismo) a “conservação” (conformismo, tradição e segurança), e outro em que se contrapõem “autotranscendência” (valorizando princípios universalistas e de benevolência) e “autopromoção” (centrada no poder e na realização).

Os resultados da aplicação do ESS permitem situar o nosso país em relação a outras realidades nacionais no mapa de valores indicado. Assim, a autotranscendência,

mais valorizada, como acontece em todos os países, do que a autopromoção, tem, apesar de tudo, menor expressão em Portugal, aproximando-o de outros países da Europa do Sul e de Leste. E o panorama não difere quando se tem em conta o outro eixo: de facto, os portugueses seguem predominantemente orientações favoráveis “à obediência, à humildade, à tradição e à segurança”, em relativa sintonia com as posições encontradas a Sul e a Leste.

Sem deixar de reconhecer utilidade heurística e outros méritos à proposta teórico-metodológica de Shalom Schwartz em que se tem apoiado o ESS, não deixa João Ferreira de Almeida de procurar encontrar, na literatura sociológica sobre as dimensões simbólicas do social, não apenas propostas tipológicas alternativas (o que o leva, por exemplo, a revisitar Ronald Inglehart e a consagrada distinção conceptual entre valores materialistas e valores pós-materialistas), como mesmo linhas de investigação que se torna indispensável ter em conta para balizar corretamente os domínios de aplicação e os limites de pertinência teórica dos estudos comparativos em causa. Daí a preocupação que manifesta relativamente à necessidade de incluir, na análise sociológica dos valores, as dimensões diacrónicas do social e, na esteira de Pierre Bourdieu, o processo de incorporação, através da socialização, de disposições e outros geradores simbólicos das práticas. O próprio ESS, sugere o autor, poderá, aliás, contribuir para acelerar o movimento de objetivação e teorização destes complexos e furtivos domínios da produção e apropriação simbólicas do mundo.

Passar de uma análise de valores transituacionais a uma outra que privilegie domínios empíricos precisos é um outro desafio analítico ao alcance dos utilizadores do ESS. A este propósito, merecem destaque as considerações desenvolvidas a propósito da relação de confiança nos outros (confiança nos outros, confiança na honestidade dos outros, confiança no altruísmo dos outros), um tema que, como vimos, é abordado logo no início do livro, mas que agora pode surgir de modo mais sugestivo e esclarecedor, tanto mais quanto nele se integra uma perspetiva de diferenciação classista. Resumidamente, conclui-se o seguinte: revelando serem, em termos comparativos, cidadãos globalmente pouco confiantes, os portugueses veem a sua posição relativa ser ainda mais negativa no âmbito das classes com menores recursos; é um traço que remete para baixos níveis de capital social e laços relacionais fracos e, por essa via, para tendências de fechamento em círculos relativamente restritos de familiares e amigos e quebras de coesão social, eventualmente agudizáveis em contextos de crise social acentuada e durável.

A atitude dos cidadãos nacionais face à imigração é outro domínio cuja análise pode beneficiar dos resultados do ESS. E os números indicam — sem surpresa, para quem já saiba que o anseio de segurança, característico da síndrome conservadora, assume no caso português valores muito elevados — que é relativamente forte, entre nós, o sentimento de rejeição para com a generalidade dos imigrantes, ainda que sejam sobretudo razões económicas (ameaça ao emprego) e não tanto a rejeição etnocêntrica que parece estarem na base deste tipo particular de desconfiança interpessoal. Já quanto a participação cívica e política, e mais uma vez em sintonia com os países de Leste, os cidadãos portugueses revelam-se, de acordo com os dados do ESS, muito pouco intervenientes, em consonância aliás com a fraca adesão aos valores de benevolência e universalismo que também patenteiam.

8. A incidência de situações de pobreza absoluta, remetendo para níveis de carência de recursos que põem em risco a própria sobrevivência das pessoas, e a pobreza monetária relativa (medida por referência a um limiar convencional, que, no caso das comparações intraeuropeias, tem sido fixado em 60% da mediana do rendimento monetário disponível) são fenómenos que, por estarem indissociavelmente ligados à estrutura de desigualdades sociais, suscitam a atenção de João Ferreira de Almeida. Os estudos dos poucos, mas ilustres, economistas que em Portugal não abdicaram de considerar a questão da repartição de rendimentos como um problema digno de interesse científico são, por isso, convocados, e conduzem a conclusões importantes.

É o caso da que aponta para o facto de pequenas melhorias recentemente alcançadas no combate contra a pobreza, por atenuação da desvantagem relativa dos setores mais pobres da população, terem sido acompanhadas de um aumento simétrico da riqueza acumulada na franja dos detentores de maiores rendimentos. Não menos preocupante será, por outro lado, a verificação de que a redução de algumas prestações sociais do Estado vocacionadas para atenuar a incidência das formas mais gravosas de pobreza conduziu, de forma quase imediata, a um recrudescimento de situações de precariedade extrema.

Não deixando de chamar a atenção para as responsabilidades que, em matéria de perpetuação de níveis elevados de pobreza e privação material, cabem à própria natureza do modelo de desenvolvimento económico-empresarial (veja-se, por exemplo, a elevada percentagem de famílias com fonte de rendimento no trabalho que se encontram em situação de privação material), tais conclusões demonstram, do mesmo modo, toda a importância que a consolidação do Estado-providência (com a consagração de direitos sociais a que dá lugar) adquiriu em países que, como Portugal, acumularam ao longo de séculos profundas desigualdades sociais e só muito tardiamente chegaram à democracia.

Tudo indica — e é outra conclusão a reter — que o prolongamento da crise económico-financeira em curso, com os seus devastadores efeitos no plano do emprego, agrave substancialmente as fragilidades dos setores mais pobres da sociedade portuguesa, não sem, paralelamente, afetar também negativamente os níveis de rendimentos médios ou mesmo elevados — como se, para ser um pouco menos injusta, a sociedade tivesse de gerar mais pobreza...

Relacionado com a noção e os indicadores de pobreza, mas não se confundindo com eles, o conceito de exclusão remete, em boa parte da literatura sociológica, para situações de vulnerabilidade e precariedade imputáveis essencialmente à desqualificação ou mesmo rutura de laços sociais, quer os mais “fortes”, quer os provenientes de redes interpessoais mais “fracas” — por vezes, tão decisivas como as primeiras no combate aos efeitos do desemprego e da precariedade laboral —, mas também de ruturas, drásticas e imprevisíveis, no plano pessoal. São fenómenos que abalam âncoras identitárias elementares, ferem a autoestima individual, expõem fragilidades, fomentam estigmatizações, reforçando, em círculo vicioso, fenómenos de isolamento sociabilitário e, no limite, uma espécie de morte social.

9. Se os índices de pobreza e privação material ou de desigualdade económica são instrumentos de observação sociológica com indiscutível utilidade, o mesmo pode ser dito relativamente a indicadores que se proponham medir o grau de dificuldade que os cidadãos experimentam na gestão da sua vida familiar.

É no sentido de auscultar e comparar a nível europeu os sentimentos e avaliações dos indivíduos relativamente à situação económica do seu agregado doméstico que se orientam os índices de bem-estar construídos a partir do ESS. Permitindo, por exemplo, chegar à conclusão de que em Portugal é, em termos relativos, muito escassa a proporção dos cidadãos que consideram viver confortavelmente (os dinamarqueses assumem em dois terços dos casos essa opinião) e muito alta (40%) a dos que sentem ser difícil ou muito difícil viver com o rendimento disponível, apontam esses indicadores pistas analíticas que vale a pena assumir.

Por um lado, a de que a contenção dos respondentes relativamente à explicitação de situações económicas confortáveis pode ser parcialmente responsável pela modéstia dos níveis de bem-estar declarados. Mas, por outro lado, a de que, em contexto de crise social prolongada, os níveis de bem-estar económico subjetivo dos portugueses poderão baixar para valores reveladores de grande descontentamento social, mesmo em segmentos sociais considerados à partida menos vulneráveis economicamente. Nestes casos, não é de excluir que o contraste entre expectativas e oportunidades efetivas de estabilidade ou mesmo mobilidade social seja tão elevado que conduza a fenómenos de inconformada, e potencialmente conflituosa, “privação relativa”. Mas, para apurar ideias quanto a este ponto, outros domínios terão de ser explorados.

10. Já se disse que o trabalho é, a par de três domínios da esfera privada (família, amigos, lazer), um dos polos que concentram as preferências dos cidadãos europeus, quando são solicitados a indicar os aspetos mais relevantes da sua vida. Pois bem: à medida que o livro se aproxima de questões relacionadas com o papel dos valores na definição das orientações para a ação de indivíduos e grupos, um dos aspetos a esclarecer prende-se justamente com as atitudes dos cidadãos face ao trabalho.

Primeiro dado a reter: sendo certo que, de acordo com comparações internacionais pertinentes, se deteta a existência de uma significativa correlação entre níveis de desigualdade e níveis de insatisfação com o trabalho, Portugal surge, a este propósito, em posição algo desalinhada face a países, como os da Europa de Leste, que noutros aspetos com ele se identificam. Mais precisamente, os portugueses parecem na sua generalidade relativamente confortados no trabalho, ainda que sejam desfavoráveis, em termos comparativos, as condições objetivas com que se confrontam na esfera laboral. Uma explicação plausível para esta “anomalia” será a de que, em coerência com a adesão a posições defensivas em matéria de valores que também os caracteriza, os trabalhadores portugueses consideram que ter trabalho e manter o emprego constituem, sobretudo em tempos de acrescida precariedade laboral, de deslocalizações inesperadas e de crise económica larvar ou explícita, um bem que importa preservar a qualquer custo.

Sendo a relação com o trabalho eminentemente pluridimensional, vale a pena tentar precisar um pouco mais o modo como, nos diversos contextos nacionais, são valorizadas diferentes componentes dessa relação, distinguindo nomeadamente, na esteira de autores como Frederick Herzberg, as que se aproximam do polo dos valores “instrumentais”, extrínsecos ou materialistas (segurança de emprego, níveis de remuneração, por exemplo) das que revelarão sobretudo valores expressivos, intrínsecos ou de autorrealização (capacidade de iniciativa e oportunidade de participação, conciliação com a vida familiar, entre outros).

A análise a fazer a este respeito deve, uma vez mais, prolongar a identificação de regularidades à escala internacional com o exame de diferenciações imputáveis à posição ocupada pelos indivíduos na hierarquia de qualificações e na estrutura classista das sociedades em causa. Estabelecidos quatro *clusters* de países (países escandinavos, países do Norte e do Centro, países pós-comunistas, países da Europa do Sul) que genericamente se distinguem entre si no que diz respeito à relação valores materialistas / valores pós-materialistas, é possível circunscrever diferenciações internas com alguma relevância. Vale a pena, ainda assim, relevar o facto de, em todos os países, incluindo aqueles onde globalmente já predominam valores de tipo expressivo, ser no conjunto dos operários e dos empregados executantes que mais se revelam as preocupações (“instrumentais”) com a segurança.

A “questão sindical”, normalmente associada à interrogação sobre o papel efetivo que o movimento sindical tem ou pode ter na defesa dos interesses dos assalariados, não escapa à atenção do autor nesta sua digressão pelo mundo do trabalho e das perspetivas que sobre ele constroem os cidadãos. Um primeiro ponto parece adquirido: “[...] a vasta maioria dos europeus considera os sindicatos como atores centrais em processos relevantes nas nossas sociedades, tão centrais como o próprio trabalho de onde eles nasceram e lhes justifica a existência”.

Tal consenso não se traduz, contudo, necessariamente, em fortes propensões à filiação sindical efetiva, acontecendo mesmo serem os países com mais dificuldades económicas e onde a necessidade de “sindicatos fortes” mais se faz sentir aqueles onde é mais baixa a participação na vida sindical. O aprofundamento deste aparente paradoxo, que em Portugal se exprime com clareza, obriga a levar em conta importantes mudanças sociais: a retração da indústria, outrora importante reduto do movimento sindical, levou a uma diminuição das taxas de sindicalização, só parcialmente compensada pela adesão sindical em setores da administração pública que entretanto se expandiram; a extensão da mancha de precariedade dos vínculos laborais, permanentemente consagrada pela flexibilização crescente das leis laborais, aprofunda propensões defensivas de parte significativa dos trabalhadores; a chantagem, pelo menos implícita, das deslocalizações, que restringem postos de trabalho e escondem virtuais destinatários de reivindicações, dispersa e elide a vontade de protesto; a ameaça do desemprego, que a retórica da crise permanentemente alimenta, força consentimentos mais ou menos difusos; o próprio movimento sindical reage com alguma dificuldade quer às mudanças de lógicas económicas e de poder em curso no campo empresarial, quer à alteração de composição (segundo a idade, o género, os níveis de instrução, as aspirações e estilos de vida) do conjunto dos assalariados e outros trabalhadores.

11. Se a relação dos cidadãos com as instituições representativas dos seus interesses económico-profissionais não está isenta de distanciamentos e dificuldades várias, antes parece, em muitos casos, marcada por acentuada retração, algo de semelhante pode ser dito a propósito dos modos de relacionamento que os mesmos cidadãos estabelecem com a política.

São muitos aqueles que, no conjunto dos países europeus, reconhecem ser difícil tomar posições políticas e muitos também os que assumem um distanciamento crescente em relação às instituições políticas e seus protagonistas. Sendo certo que a aproximação e participação na vida política assumem dimensões múltiplas, que vão de componentes eminentemente cognitivas às comportamentais, passando pelas que se traduzem fundamentalmente em avaliações e valorizações do poder e das instituições políticas, há razões para temer que, se o divórcio acima referido se extremar, sejam os próprios fundamentos da democracia representativa a ser postos em causa. Ainda assim, valerá a pena ponderar o facto de a incidência do fenómeno estar longe de ser homogénea, quer quando se consideram globalmente as realidades nacionais, quer quando, no âmbito de cada uma delas, se atende às clivagens de ordem classista.

A posição de Portugal a este respeito é, uma vez mais, desfavorável: na verdade, é alta, em termos relativos, a percentagem dos cidadãos que manifestam dificuldade em tomar posições políticas, como elevada é ainda a proporção dos que se distanciam em relação aos protagonistas e instituições do campo político. Um tal défice de cidadania e de confiança nos agentes e mecanismos da democracia representativa, que as oscilações da economia e o agravar da crise tenderão a acentuar, incide com particular dramatismo em grupos sociais, como o operariado, menos dotados de instrumentos de literacia política, atenuando-se, pelo contrário, no seio dos profissionais técnicos e de enquadramento, um grupo com representação estatística inferior à média europeia, mas que se aproxima, em termos de propensão à participação política, dos níveis dos seus homólogos europeus. Trata-se, sem dúvida, de um efeito indireto da escolarização e do acesso a recursos culturais e informacionais que têm já hoje, neste grupo, expressão significativa.

12. Falar da relação dos cidadãos com a política e as instituições do Estado não pode fazer-se hoje sem uma referência relativamente desenvolvida aos modelos de proteção e de consagração de direitos sociais construídos desde finais do século XIX, embora segundo ritmos e combinatórias historicamente muito diversificados, em grande parte dos países da Europa. Sendo verdade que a paulatina consolidação do Estado-providência decorreu de decisões políticas que, em última análise, constituíram, quase sempre, elas próprias, resposta mais ou menos direta a reivindicações transportadas por movimentos sociais e partidos inconformados com as desigualdades e injustiças sociais, não terá sido, por outro lado, despreciando o contributo dado pelas ciências sociais à difusão e legitimação da ideia segundo a qual, na ausência de alguma regulação e contenção de danos sociais por parte do Estado, as lógicas de funcionamento do mercado tendem a desrespeitar princípios básicos de equidade, podendo ainda gerar tensões potencialmente anómicas.

Nos anos 80 do século passado surgem, em vários países que haviam consolidado ao longo de décadas um generoso e consistente conjunto de políticas públicas de proteção social, alguns sinais de que a sustentabilidade económico-financeira do *welfare state* deixara de ser um dado adquirido, impondo-se por isso levar a cabo reformas mais ou menos profundas em alguns dos seus aspetos.

Para além dos argumentos eminentemente ideológicos contra qualquer presença do Estado na vida económica e social, que por sua vez reatualiz(am) velhos preconceitos e princípios normativos de que as ciências sociais e, sobretudo, a economia, nunca verdadeiramente se libertaram, outros, bem mais realistas e fundamentados, se foram perfilando. Como não aceitar, por exemplo, que a abertura dos mercados e o agudizar da competitividade impostos pela globalização traziam focos de instabilidade económica e pressões para o desemprego difíceis de acomodar no plano nacional? Como não assumir que o envelhecimento das populações estava a dificultar a sustentabilidade financeira dos sistemas de pensões e dos serviços públicos de saúde da maior parte dos países europeus? Poderia ignorar-se, por outro lado, que, em contexto de internacionalização da economia e de desregulação dos mercados financeiros, para já não falar no descontrolo das contas públicas e na crise das próprias dívidas soberanas, é a própria capacidade dos Estados nacionais para intervirem com autonomia na esfera da economia, do emprego e da proteção social que pode ficar em causa?

Perante tantas incertezas, muitos terão concluído que os Estados-providência nacionais e o modelo social europeu como um todo tinham os dias contados, desde logo por acreditarem que o consenso social em torno da sua existência seria, perante o cenário de insustentabilidade financeira que se foi desenhando, minado de forma irreversível. A verdade é que vários estudos feitos em países escandinavos, na altura em que as exigências de reforma dos seus elaborados sistemas de proteção social começaram a colocar-se, vieram demonstrar que, mesmo nos setores que mais poderiam sentir-se prejudicados por essa reforma, não foi significativamente afetado o interesse pela manutenção de um Estado social forte, ainda que dispendioso. Vale a pena destacar a conclusão que João Ferreira de Almeida retira do conjunto de resultados obtidos nestes estudos: “será em parte certamente [pela] muito duradoura institucionalização do Estado social, pelos hábitos que cria e pelos direitos que, ao menos subjetivamente, gera [que] mesmo quando se desenvolveu um clima de crise económica na Escandinávia dos anos 90, [...] isso não parece ter diminuído de forma perceptível, por parte das populações, nem o clima propício às solidariedades internas, nem as atitudes pró-intervencionistas”.

É de admitir que este raciocínio possa aplicar-se, *mutatis mutandis*, nas suas linhas gerais, à análise do modo como, mais recentemente, tem evoluído, noutros países, a perspetiva dos cidadãos relativamente aos seus próprios sistemas de proteção social e às ameaças que sobre eles pairam. E com efeito, de acordo com dados do ESS, as opiniões favoráveis à intervenção governamental na economia e na redução das desigualdades são maioritárias num grande número de países europeus. É o que acontece em Portugal: muito críticos, como vimos, em relação às instituições e atores do campo político, os portugueses revelam na sua maioria uma atitude favorável à ação do Estado em matéria de proteção social e de combate às injustiças.

Se há razões para crer que um tal quadro de valores, atitudes e disposições há de opor alguma resistência à fragilização, para além de certos limites, dos direitos sociais que foram adquiridos e interiorizados à medida que os Estados-providência nacionais ganhavam consistência, não parece inteiramente afastada a possibilidade de os mecanismos de mercado, um complexo inextricável de forças objetivas e de conviências subjetivas movido por uma espécie de voraz horror ao vazio, se irem sobrepondo, sem efetiva regulação democrática, aos fundamentos básicos de integração e solidariedade de que depende a própria socialidade. E não será o retorno, mais ou menos bem-intencionado, à ajuda caritativa e a lógicas assistencialistas de proteção que permitirá compensar a erosão de direitos sociais tendencialmente universais que, afinal, são o cerne das democracias avançadas.

13. Quem comece a ler este livro, folheando despreocupadamente o seu último capítulo, não deixará de se surpreender com o facto de nele se cruzarem repetidamente considerações envolvendo, por um lado, a sociedade portuguesa e, por outro, alguns dos países da Europa de Leste.

A verdade é que essa comparação, reveladora de insuspeitadas homologias, começa a ser feita logo no início da obra e tem afloramentos vários ao longo das suas páginas — seja a propósito da incidência de desigualdades de rendimento ou de alguns dos mais agudos “problemas sociais”, da adesão a grandes orientações em matéria de valores ou mesmo da relação dos cidadãos com os agentes, procedimentos e instituições do campo político.

O título do capítulo, sugerindo a possibilidade e pertinência de se construir uma teoria das transformações ou das transições bruscas, dá já, apesar de tudo, uma primeira chave para compreender a aproximação referencial que acima se regista: quer em Portugal, na sequência da revolução democrática de 1974, quer nos países da Europa de Leste, a partir de meados dos anos 1980, ter-se-á assistido a processos de mudança que, diferentemente do que ocorreu com transformações sociais efetivas, mas, apesar de tudo, lentas, ocorridas noutros contextos europeus, se desenvolveram e produziram efeitos em tempo curto, bruscamente.

São múltiplos os indicadores que revelam, para o caso português, a magnitude das transformações ocorridas nas poucas décadas que levamos de vida democrática: a agricultura passou de atividade económica influente e polo empregador maioritário a setor declinante; os serviços aumentaram muito a sua influência, sem que a produção de bens transacionáveis tivesse impulso semelhante; o mercado de trabalho feminizou-se a ritmo surpreendente; os índices de fertilidade caíram vertiginosamente; a emigração definitiva para a Europa recuou muito numa primeira fase, para de novo disparar em tempos mais recentes; o processo de urbanização intensificou-se; os índices de envelhecimento passaram rapidamente, em termos relativos, de baixos para muito altos; o analfabetismo vem caindo, enquanto se generaliza, nas gerações jovens, a escolaridade básica de nove anos e aumenta muito, nos últimos anos, a frequência, sobretudo entre as raparigas, do ensino superior; e tantas outras.

Acontece que — e este é um ponto-chave da argumentação desenvolvida no capítulo — nenhuma das mudanças “objetivas” que os indicadores revelam se

processa num vazio de referências simbólicas (valores, representações, ideologias, mas também disposições, horizontes subjetivos de possíveis, aspirações, desejos), sendo que, pelo facto de a sequência de transformações ser extensa e ostensiva e, além disso, se desenrolar a ritmo rápido, aumenta a probabilidade de o sistema de expectativas sociais se dissociar do sistema de oportunidades efetivamente ao alcance dos cidadãos, conduzindo, nos mais variados setores sociais, a sucessivos momentos de “ressaca” subjetiva, que têm na crescente falta de confiança nos agentes e instituições do campo político uma das suas mais óbvias e importantes manifestações.

Para estruturar a demonstração de que há relevantes paralelismos entre a história social portuguesa recente e a evolução de algumas sociedades de Leste na sequência do colapso dos regimes comunistas, João Ferreira de Almeida vale-se de um conjunto de sugestões que, de resto, ultrapassam em muito as fronteiras da sociologia. Mas é sobretudo a sua discreta, mas muito eficiente e criativa, perícia no uso dos conceitos e das informações empíricas que vai carreando ao longo de todos os capítulos do livro que lhe permite formular a sua proposta analítica — uma espécie de diagnóstico do descontentamento a que, mesmo antes do inverno, as nossas primaveras não conseguem escapar. Porque o prefácio já vai demasiado longo, fica o leitor intimado a ler com atenção, sem guião, estas derradeiras páginas da obra. Verá como pode mudar a sua perspetiva sobre o passado recente, o presente e o futuro do país.

14. Para caracterizar em poucas palavras o que considero serem os alicerces essenciais deste livro, direi que ele conjuga com sábia serenidade uma perspetiva longamente depurada sobre a especificidade do processo de construção e difusão do conhecimento em ciências sociais e, por outro lado, um vasto património de saber sociológico em dois domínios cruciais: o da estruturação classista das sociedades e o do lugar, funções e transformações que nestas assumem os sistemas de valores e representações.

Deixando de lado a segunda componente, aqui já suficientemente sublinhada, para me centrar na perspetiva epistemológica específica que sustenta a argumentação desenvolvida nas páginas do livro, arriscarei caracterizá-la como um “racionalismo bem temperado”.

De que se trata?

Trata-se, em primeiro lugar, de assumir que, não havendo olhares neutros sobre a realidade, uma vez que todos eles são produto de um ponto de vista e de um cruzamento de categorias abstratas “anteriores” à observação, não parece razoável que o trabalho científico, forma peculiar de leitura sobre o real, possa prescindir, em qualquer dos momentos em que se desdobra, de orientações e controlos cognitivos que o conhecimento acumulado sob a forma de teorias (sempre inacabadas, sempre aperfeiçoáveis) lhe propicia.

Nesta versão “bem temperada” de racionalismo, assumir a função de comando da teoria no processo de conhecimento científico significa, entretanto, recusar com igual veemência o fechamento do trabalho científico na inércia formal de um jogo entre conceitos que a si mesmo se validaria, reproduzindo-se acriticamente.

Para ser cientificamente relevante, qualquer hipótese teórica tem de a si mesma impor uma dupla confrontação: por um lado, confrontação com a crítica dos que, tendo um domínio dos instrumentos de reflexividade que fundamentam a sua formulação, dispõem de competências específicas e autoridade simbólica para avaliar dialogicamente a sua razoabilidade; e, por outro, confrontação com “os factos”.

Sobre a importância do debate teórico interpares — primeira confrontação desejável —, nunca será demais lembrar o estatuto pluriparadigmático das ciências sociais, ele próprio efeito, no campo académico-científico, da conflitualidade ideológica que sempre marca os processos de apropriação cognitiva do real social. Mais do que noutras formações científicas, descurar, intencionalmente ou não, um confronto teórico capaz de, explicitando divergências, desvendar os pressupostos implícitos que as sustentam é, no domínio das ciências sociais, o primeiro passo para um empobrecimento generalizado de todas as tarefas de investigação.

Ora, entre estas últimas — e é já do confronto das hipóteses teóricas com “os factos” que passaremos a falar — encontram-se todas as que se referem à construção dos instrumentos e protocolos de recolha e tratamento de informação nos domínios de relevância empírica selecionados pela pesquisa. E aqui um ponto fundamental a reter diz respeito às exigências de tradução das hipóteses de investigação, proposições que põem em relação conceitos com elevado grau de abstração, numa linguagem adequada a distinguir, comparar e graduar com o mínimo de ambiguidade possível (“medir”, em sentido amplo) os objetos e processos empíricos relevantes. Acontece que esta tradução da linguagem “teórica” em linguagem “operatória” está condenada a incorrer — como qualquer tradução — numa certa margem de *traição*. Perde-se inevitavelmente, com ela, uma parte do capital de sentido entreaberto pela discussão das problemáticas teóricas de referência — embora se ganhe, em contrapartida, a possibilidade de avaliar, especificada e localizadamente (isto é, a propósito de objetos reais concretos), o potencial de inteligibilidade associado a esse mesmo capital.

Uma leitura atenta do livro que aqui se apresenta permite, sem dificuldade de maior, alinhar algumas expressivas marcas deste racionalismo bem temperado.

Um primeiro grupo prende-se com a preocupação, patente ao longo de todo o livro, de mobilizar seletivamente, mas sem exclusões apriorísticas, um conjunto de contribuições teóricas que, dos precursores e clássicos até aos mais influentes analistas das sociedades contemporâneas (sem esquecer nesta escolha o campo da própria sociologia portuguesa), colocaram a questão dos fundamentos, reprodução e expressão das desigualdades sociais, bem como a da estruturação, no plano simbólico, dos sistemas de preferências que dão sentido e orientam a ação prática dos indivíduos e grupos, como tópicos centrais de reflexão e análise sociológica sistemáticas.

A outra marca a relevar diz respeito ao uso, extenso e criterioso, de um vastíssimo conjunto de indicadores sobre propriedades sociais transversais a um leque alargado de sociedades europeias, circunstância que põe à disposição dos leitores da obra, não apenas um precioso conjunto de conhecimentos sobre as dinâmicas simbólicas que sustentam as práticas sociais e as lógicas de reprodução que sempre lhes subjazem, como valiosas indicações sobre cenários plausíveis de uma sua

eventual transformação. Vale a pena atentar, a este propósito, no modo ponderado como os números e os seus sortilégios pacificamente coexistem, sem cedências fáceis, com os imperativos da razão sociológica. Recusando tomar os indicadores pelo seu valor facial, sem, simultaneamente, deixar de levar a sério ou desaproveitar o seu extraordinário poder heurístico, João Ferreira de Almeida sabe encontrar, com sabedoria e prudência epistemológica raras, o tom que permite ao leitor olhar a sociedade portuguesa de um modo mais informado e crítico. E, por aí, também deixa no ar, para uso futuro dos sociólogos portugueses, um sem-número de aliciantes hipóteses de investigação.

Sabe-se que só com depurada mestria se alcança a boa têmpera dos sons ou do aço — este é um livro de mestre.

José Madureira Pinto

Notas introdutórias

Este texto e este livro nasceram de um convite que me foi dirigido para fazer uma conferência de enquadramento, do lugar da sociologia, no âmbito das comemorações dos cem anos da República. Preparei e fiz a comunicação solicitada, com a inevitável ajuda de um *powerpoint*, e enviei um texto para publicação, como me tinha sido igualmente pedido.

Cumpri, como não podia deixar de ser, o tempo previsto para a componente oral, mas o texto enviado, que não tinha norma de extensão, saiu bastante atípico. Grande demais para artigo, muito pequeno para livro. Sem particular incomodidade com esse resultado, a verdade é que o tema me ia seduzindo cada vez mais e acabei por decidir deixar-me a mim próprio livre de continuar a escrever, desenvolvendo um aspeto aqui, outro acolá, de modo que ao fim de um tempo de trabalho adicional tinha atingido, quase insensivelmente, a dimensão normal de um livro.

Ele aqui está.

Havia a intenção inicial, que se manteve, de restringir sensatamente o objeto de estudo. Na verdade, são tão amplos e complexos os problemas das desigualdades que estaria obviamente fora de alcance tentar uma referenciação global, mesmo de superfície, a tais problemas.

Desde logo ficaram de fora as questões que dizem respeito às desigualdades que se verificam e manifestam à escala do planeta, as quais têm sido, aliás, amplamente acompanhadas de análises com origem nas ciências sociais. As designações para os contrastes recorrentemente verificados são variadas, entre elas as de países desenvolvidos e subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, as de países ricos e pobres, as de países do Norte e do Sul, as de primeiro, segundo e terceiro mundo. Do que em todo o caso sempre se trata é do plurissecular, persistente e mesmo aparentemente incurável abismo de condições de vida entre diversos povos, com todas as cambiantes intermédias.

O certo é que, apesar da continuada preocupação analítica, normalmente articulada a intuítos de intervenção corretiva eficiente, os resultados obtidos em termos de capacidade explicativa, mesmo só ao nível dos diagnósticos, parecem globalmente permanecer aquém das ambições e expectativas que os motivaram.

A complexidade do tema em parte justificará a relativa magreza dos pontos de chegada.

Tanto nos produtos de investigação como na definição de políticas notam-se particularmente aqui as dificuldades de conjugação harmoniosa entre planos micro e macro, bem como a relativa incomunicabilidade entre eles, muito embora tais dificuldades se não devam ter por insuperáveis. Sofre-se, por outro lado, a insuficiência de esforço no sentido de conexões inter e transdisciplinares. Não seria este trabalho que poderia prometer contribuição útil para superar complexidades dessa dimensão. Haverá também, num outro plano, obstáculos às transformações práticas, em parte induzidos por questões especificamente políticas: Beck lembrava, a propósito dos problemas ambientais, as críticas a um “neoimperialismo ecológico ocidental” (Beck, 2009: 87).

Algumas das questões mais importantes e também daquelas que mais têm alterado os seus próprios dados em tempos recentes são as que dizem respeito às desigualdades de género e às manifestações das desigualdades de tipo étnico.

As primeiras revelam uma longa história de iniquidades, bem como de resistência e combate a essas persistentes injustiças. Apesar de se registarem progressos claros e mesmo, em certas situações, transformações decisivas, nem cessaram as iniquidades, nem, por isso mesmo, a resistência a elas perdeu razão de ser. Próximas, embora distintas, das discriminações de género estão as que partem de opções quanto à orientação sexual, elas também a suscitar atenção e medidas legislativas minimizadoras dessas desigualdades.

É legítimo afirmar que na Europa, por exemplo, em que a letra da lei se tornou genericamente favorável à igualdade e em que se foram aprovando, em alguns casos, medidas de discriminação positiva, se fez caminho, embora ainda insuficiente, no bom sentido. Provavelmente o ponto em que cada sociedade se encontra nesse percurso constituirá um dos mais claros indicadores do estado da respetiva democracia e do grau de cidadania dos seus naturais.

Também o modo como são enfrentados os problemas de eventuais discriminações étnicas, de segregação de estrangeiros e, de uma forma mais geral, do convívio entre diferentes culturas, constitui problema muito antigo. Não é sequer possível asseverar que velhos problemas, os quais no passado tiveram também raiz colonial, incluindo formas de escravatura e sobretudo manifestações de racismo, estejam superados nas nossas sociedades contemporâneas. Eles apresentam-se, é claro, sob novas roupagens.

O que nesse plano chama hoje particularmente a atenção no plano europeu, em todo caso, são algumas dificuldades que o aumento de migrações para o continente tem feito transparecer. Ingenuidades implícitas de diagnóstico levaram a que se admitisse que certos países, em particular os escandinavos, cuja tradição de tolerância, de ajuda e de acolhimento é bem conhecida, estivessem relativamente isentos das formas mais graves de tensão. O desmentido dos factos obriga a voltar ao estudo de valores e de comportamentos e à sua articulação cuidadosa com cada contexto. Por aí se poderão dar novos contributos à reflexividade informada dos cidadãos e também ajudar a que se produzam políticas públicas menos cegas, mais

eficientes. São questões que, desmultiplicadas em diversas dimensões, vão fazendo parte da agenda política e social por toda a Europa.

Mas essas duas questões de relevo inquestionável, a das desigualdades de gênero e a das que têm por base as diferenças culturais e étnicas, terão igualmente de ficar, neste trabalho, fora de qualquer sistematicidade no campo de análise. Apenas será possível sugerir uma ou outra referência de superfície, convocando em especial informação que em alguns casos distingue mulheres e homens em termos de valores e atitudes.

Vale a pena anotar que, para além das preocupações referentes à intervenção de políticas públicas e legislativas, existe aqui um particular relevo de dimensões da ordem do simbólico, traduzidas também em preconceitos mais ou menos subtis residentes na cultura da sociedade civil, cuja superação depende igualmente, por isso, de evoluções que aí ocorram.

Perguntar-se-á, então, qual será o horizonte empírico proposto. Ele centrar-se-á basicamente na Europa e em Portugal na contemporaneidade. O ponto de partida será a desigualdade económica interna em cada país, com o espaço europeu a constituir o principal referente.

Existe hoje informação mais robusta, incidindo sobre múltiplas dimensões relevantes dos processos sociais, do que a que estava disponível num passado mesmo recente. Boa parte dessa informação permite comparações extensas, facultando assim melhor localização da especificidade, incluindo a nacional, de tais processos.

Por outro lado, talvez seja surpreendente verificar como as questões das desigualdades atravessam e qualificam praticamente todos os observáveis sociais valiosos. Tal não significa, como é evidente, que seja possível de alguma forma resumir a análise de tais observáveis à perspectiva das desigualdades. Mas o certo é que ela constitui uma boa porta de entrada para o estudo dos funcionamentos sociais e revela utilidade como elemento analítico global.

Vai privilegiar-se a dimensão nacional dos problemas, não apenas porque a informação disponível está com muita frequência assim organizada, mas também porque, não obstante as transformações da modernidade tardia no sentido de conferir saliência quer às dimensões transnacionais, quer às que se situam nos planos regional e local, a atenção dada ao que se passa no interior de fronteiras nacionais continua a ser relevante para a própria compreensão dos problemas e para a inteligibilidade do modo como eles são enfrentados.

Os recursos em relação aos quais o acesso é desigual são não apenas muito diversos entre si, como cada um deles assume algum relevo diferencial em campos específicos da vida coletiva, produzindo por isso, aí, efeitos nas condições e nas capacidades dos cidadãos. Genericamente é tradicional identificá-los como recursos económicos, simbólicos e culturais, sociais e relacionais, políticos, de prestígio, para mencionar apenas alguns dos que, por força dessas mesmas distribuições assimétricas, produzem os mencionados efeitos nos poderes relativos de afirmação dos indivíduos e dos grupos. Que lhes proporcionam, dito de outro modo, oportunidades de vida específicas e diferenciais.

É impossível estabelecer uma hierarquia única a respeito da influência dos capitais apropriáveis, até por eles serem suscetíveis, como se disse, de revelar pesos

diferentes em função dos campos sociais em que a sua principal valorização se produz.

De um modo geral, no entanto, concordar-se-á com a verificação de que os recursos económicos condicionam fortemente, de modo positivo ou negativo, o acesso a recursos de outro tipo. Quando o capital económico é suficientemente abundante ele favorece a posse desses outros variados recursos, gerando a acumulação de formas de capital que, por seu turno e em conjunto, não de traduzir-se em capacidades de intervenção e em possibilidades acrescidas de bem-estar. Capacidades a escassearem, por definição, para aqueles que partem de posições menos favorecidas.

Vale a pena deixar sublinhado, no entanto, que não obstante a reconhecida importância dos recursos mobilizáveis, existem dimensões da experiência de vida que se não deixam reduzir à detenção de recursos, muito embora elas igualmente se possam exprimir em desigualdades.

Muitas das avaliações que as ciências sociais vão fazendo dos processos sociais que estudam procuram partir da medição objetiva de indicadores que os situem e caracterizem.

O volume de produção de bens e serviços num país, a frequência e o tipo de crimes que aí se praticam, a quantidade de divórcios, as taxas de natalidade, os sistemas de saúde, a esperança de vida, os modelos de segurança social existentes estão entre os inúmeros exemplos de realidades cuja quantificação no tempo e no espaço contribui para melhor centrar as questões que a seu propósito se colocam. Com a condição, naturalmente, de que sejam eleitas comparações pertinentes, de modo a ser praticável interpretar os elementos recolhidos em cada uma das situações. Prevenção fundamental, no entanto, é a de que não sejam ignoradas dimensões importantes dos mesmos processos sociais, com a justificação e o pretexto de se revelarem eventualmente menos suscetíveis de análises de tipo quantitativo.

Se todas essas informações serão indispensáveis e insubstituíveis, há todavia hoje igualmente acesso a informação fiável que diz respeito ao que os cidadãos pensam da sua própria vida e dos seus contextos sociais, ao modo como avaliam e projetam os futuros individuais e coletivos. Qualifica-se aí o campo do simbólico, inclusivo de ideias, de representações, de atitudes, de valores, de sistemas ideológicos.

Sempre que possível, fatores desse tipo entrarão também no roteiro das referências utilizadas, porque eles ajudam a aferir e clarificar os indicadores a que se chama habitualmente objetivos, mas acima de tudo porque as dinâmicas simbólicas, elas próprias evidentemente constitutivas dos processos sociais, se revestem por si mesmas de significado, importância e influência.

O texto aparecerá, pelas habituais razões de arrumação e facilidade de leitura, dividido em pequenos capítulos.

No primeiro, intitulado “Desigualdades ‘naturais’ e igualdade de oportunidades”, faz-se uma brevíssima referência ao longo caminho histórico de afirmação prática de direitos sociais, caminho sempre acompanhado e frequentemente precedido por debates filosóficos e teóricos em torno da igualdade e dos seus pontos de aplicação. Às tendências para “naturalizar” as desigualdades foram-se opondo, com diversas variantes, as perspetivas que, sobretudo em nome da equidade,

entendem possível e necessário reduzir a sua incidência e a sua intensidade, sem que isso signifique um qualquer intento de sufocar diferenças entre os indivíduos.

O segundo capítulo tem por título “Desigualdades, diferenças e sustentabilidade. Alguns efeitos das desigualdades: problemas sociais, confiança interpessoal, educação”. Distingue-se logo de início, por um lado, o caráter positivo e produtivo das diferenças sociais e, por outro, os efeitos tendencialmente entrópicos das desigualdades. Depois de breves referências a problemas de crescimento e de sustentabilidade, verifica-se de forma empiricamente sustentada que a incidência das desigualdades no interior de cada país se faz sistematicamente acompanhar da ocorrência de problemas sociais. Alguns exemplos, com foco mais específico nas questões da confiança interpessoal e da educação, parecem confirmar a ideia de que deverão andar a par reduções das desigualdades e mitigação dos problemas sociais.

O terceiro capítulo — “Classes sociais na Europa” — ensaia um outro modo de olhar para as desigualdades, centrando-o na reprodução / transformação do espaço social a partir de lugares localizáveis nesse espaço e também da dinâmica dos agentes que os ocupam.

A análise de classes, que se baseia ela própria na distribuição desigual de recursos socialmente disponíveis, contribui para avaliar a repercussão dos problemas existentes nos diferentes setores, ligando cada uma das manifestações particulares desses problemas ao campo simbólico, bem como ao campo das práticas. Trata-se de avaliações prometendo hoje ir bem mais longe do que era pensável num passado ainda recente, por virtude da disponibilidade de bases comparativas de dados internacionais com grande dimensão, conjugada com a sua fiabilidade acrescida.

Nas nossas sociedades contemporâneas, os processos de individualização e de reflexividade alargada tendem a conferir peso cada vez mais decisivo, nas dinâmicas sociais, às dimensões simbólicas. Também por isso, o capítulo “Perspetivas e avaliações dos cidadãos” refere preconceitos como o sexismo ou a xenofobia, ainda que, como já se sugeriu, de forma breve. Eles contribuem para desigualdades graves e até certo ponto autogeradas, ou seja, menos diretamente dependentes das dimensões económicas. Este capítulo procura igualmente dar conta do modo como os europeus avaliam o clima social e o futuro, tentando depois medir, de forma comparativa, a felicidade, o bem-estar, a satisfação com a vida. Tais “sentimentos positivos” são cruzados com indicadores de igualdade / desigualdade, em busca de possíveis correlações. Eles são igualmente articulados com as classes sociais e, dentro destas, com o indicador sexo, procurando, a este respeito, eventuais manifestações de diferenças de género.

O passo seguinte consiste em aproximar os juízos subjetivamente expressos pelos cidadãos de indicadores objetivos, igualmente disponíveis, sobre a qualidade de vida.

O quinto capítulo propõe uma espécie de pausa teórica na sequência. “Valores transituacionais, valores situacionais e sistemas de disposições” referencia o contributo de autores que trabalham particularmente o campo simbólico e forjaram instrumentos para medir mais eficientemente atitudes e valores. Os valores

transituacionais, como a designação sugere, são básicos, são anteriores àqueles que se dirigem a pontos específicos de aplicação e que por isso se podem chamar situacionais. Hipoteticamente, os primeiros podem ajudar a explicar e também a prever as manifestações dos segundos. Ainda aqui se propõem cruzamentos com diversas variáveis, incluindo as de classe e de género.

Escolheram-se três ilustrações de valores situacionais — incidindo sobre a confiança interpessoal, a imigração e a participação cívica e política — com o objetivo de acrescentar informação comparativa tida por relevante, mas igualmente para testar eventuais relações entre os dois tipos de valores.

“Bem-estar económico, pobreza e exclusão” é um capítulo que remete para temas que estão no centro das questões da desigualdade. Um dos resultados interessantes a examinar é o que respeita ao juízo que os cidadãos europeus fazem do seu próprio bem-estar económico e a distribuição dessas avaliações por classes sociais. O outro lado do bem-estar económico é a pobreza, absoluta e relativa. Importa medir como a ela se expõem os europeus, recorrendo ainda à ajuda de conceitos e indicadores complementares, como o de privação material. A exclusão social acrescenta-se a estas dimensões de privação com características relacionais próprias.

O trabalho continua a ter inequívoca centralidade na vida das pessoas, como também a conserva, indiscutivelmente, na dinâmica das sociedades. O sétimo capítulo, “Trabalho e filiação sindical”, não pode dotar-se de maior ambição do que a de olhar para uma muito pequena parte dos problemas que suscita.

Entre eles está o dos graus de satisfação que os europeus declaram em relação ao seu trabalho, confrontando as posições verificadas, uma vez mais, com os níveis de igualdade dos respetivos países. Não sendo uniforme aquilo que se pode valorizar na atividade profissional, distinguem-se também em relação a ela, por exemplo, dimensões instrumentais e dimensões expressivas. O objetivo, a esse propósito, será o de averiguar como se distribuem as opções predominantes à escala dos países e em termos das classes. O capítulo termina com algumas alusões às atitudes perante o sindicalismo, às pertenças sindicais efetivas, às dificuldades contextuais existentes.

“Literacia e avaliações sobre questões da política” parte da observação de que a literacia, entendida no seu sentido mais genérico, afeta a reflexividade possível sobre os contextos sociais e portanto, se é deficitária, deve refletir-se igualmente em eventuais dificuldades na tomada de posições políticas e no próprio interesse pela política. Às informações sobre estes aspetos acrescentam-se as que se referem à satisfação com a política e à confiança política no quadro europeu, ambas desdobradas em diversos itens, observando assim os pontos de vista dos cidadãos e das classes sociais sobre processos e instituições relevantes na vida coletiva.

O nono capítulo — “Perspetivas sobre o Estado” — prossegue a referência a dimensões da política, mas agora a propósito do Estado-providência, da sua história recente, dos debates em torno da sua viabilidade e do seu alcance, bem como das possíveis consequências de uma redução mais ou menos drástica da respetiva intervenção redistributiva e corretiva.

As tendências de retração a partir dos anos 80 e 90 aparecem ainda mais agravadas com as propagações da crise atual. Propõe-se aqui o confronto dessas

evoluções com o que pensam os cidadãos e as classes sociais na Europa, dando relevo às atitudes a respeito da intervenção dos Estados na economia, bem como às eventuais políticas públicas no sentido de reduzir desigualdades. Não podem ser esquecidos, por outro lado, movimentos sociais de protesto e de ação coletiva, bem como o papel dos novos instrumentos de informação e de comunicação nas formas de cidadania ativa e nos acessos diferenciais a formas emergentes de participação cívica e política.

“Construir uma teoria das transformações ou das transições bruscas?” A forma interrogativa do capítulo décimo dá desde logo notícia de alguma hesitação, não apenas motivada pela modéstia. Parece em todo o caso útil propor o esboço de uma tal teoria, de tipo auxiliar, complementando as que já estão disponíveis para avaliar as transformações sociais que também modificam efetivamente as instituições e os processos, mas que se estendem mais ou menos longamente no tempo.

Para as transformações bruscas, em que a visibilidade das mudanças é inescapável, a hipótese de partida é que o próprio facto de elas ocorrerem em tempo curto produz efeitos específicos, a partir das expectativas positivas ou negativas geradas nos cidadãos. Algumas ilustrações retiradas da evolução portuguesa após Abril e da verificada nos países de Leste depois de 1989 intentam tornar verosímil essa hipótese.

As “Notas finais” recordam alguns dos problemas levantados ao longo do texto, reafirmando o carácter transversal das desigualdades sociais internas nas nossas sociedades e reforçando a ideia de que a igualdade faz bem, genericamente, a cada uma dessas sociedades. Sugere-se que, em termos programáticos, fará sentido desenvolver pesquisa sobre uma epidemiologia das desvantagens, já que existem efeitos de contágio negativo entre as várias componentes dos recursos nas classes e grupos desfavorecidos, cuja acumulação conduz a situações mais graves de “terceiros mundos interiores”, caracterizadoras de formas de exclusão social. Pesquisa que deverá igualmente ter em conta a desvitalização relativa de alguns espaços no conjunto dos territórios nacionais, visto que as organizações socioespaciais são, elas também, produtoras de oportunidades e de desvantagens.

